



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Exm.º Senhor Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, em representação do Exm.º Presidente.

Exm.ª Senhora Juíza Conselheira, em representação do Exm.º Presidente do Tribunal de Contas.

Exm.ª Senhora Procuradora-Geral da República.

Exm.º Senhor Provedor de Justiça Adjunto, em representação do Exm.º Provedor de Justiça.

Exm.ª Senhora representante do Exm.º Bastonário da Ordem dos Advogados.

Exm.º Senhor. Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura.

Exm.ºs Senhores representantes dos Chefes do Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea.

Exm.º Senhor Vice- Presidente da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução, em representação do Exm.º Bastonário.

Exm.ºs Senhores Presidentes do Tribunal da Relação de Évora e do Tribunal Central Administrativo do Sul.

Exm.ª Senhora Procuradora-Geral Distrital de Lisboa.

Exm.ºs Senhores antigos Presidentes deste Tribunal da Relação de Lisboa.

Exm.ºs Senhor Secretário-Geral, Diretores-Gerais e Sub-Inspetores-Gerais, do Ministério da Justiça e Exm.º Diretor do Centro de Estudos Judiciários.

Exm.ºs Senhoras Juízas Desembargadoras e Senhores Juízes Desembargadores, Senhoras Procuradoras-gerais-adjuntas e Procuradores-gerais-adjuntos, Senhoras Funcionárias e Senhores Funcionários deste Tribunal.

EXCELENCIAS.

Caros convidados, minhas senhoras e meus senhores.

Antes de mais agradeço a vossa presença, muito significativa para todos nós, atenta a sensação muitas vezes sentida, de que, nestas coisas da justiça, apesar de próximos, demasiadas vezes estamos sós.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Tenho para mim que as instituições são como as pessoas, nascem, crescem, ficam doentes e por vezes morrem.

Neste ciclo de vida se, pela ordem natural das coisas, os fundadores são sempre lembrados e os liquidatários esquecidos, é justo que sejamos nós a manter a memória de todos aqueles que contribuem para a vida das instituições e para a sua longevidade.

Este Tribunal da Relação de Lisboa funciona no mesmo local desde meados do século XVIII, neste edifício preparado para o efeito no período que se seguiu ao terramoto de 1755.

Não conhecemos tribunal que funcione no mesmo edifício desde data tão longínqua. Esta longevidade, para além dos genes da função de administração da justiça, que lhe é própria, só pode ser devida à ação de todos quantos nos antecederam, que com o seu trabalho o mantiveram ativo entre as instituições da Nação Portuguesa.

Somos hoje testemunhas de mais um ato solene do seu ciclo de vida com a tomada de posse da Exm.^a Vice-Presidente, eleita por voto secreto pelos/as seus/suas pares.

Felicito a Exm.^a Vice-Presidente pela sua eleição, felicito as/os Exm.^{as/os} Juizas/es Desembargadoras/es pela sua escolha e felicito o Tribunal da Relação de Lisboa por mais este ato de vitalidade.

É para mim uma honra e um privilégio presidir a este ato, atentas as qualidades humanas e o vasto saber e experiência da Exm.^a Vice-Presidente, por demais comprovados ao longo do exercício da judicatura, nos mais diversos tribunais mas, em especial, neste Tribunal da Relação de Lisboa, só excedidos pela reserva com que o tem feito.

Estou certo que o exercício das suas novas funções, assegurando uma interligação entre o ato de julgar em cada caso concreto e outros atos preparatórios e complementares que lhe são necessários, em muito contribuirá para a celeridade e eficácia da justiça e muito honrará este Tribunal.

Desejo, pois, que este mandato lhe proporcione enriquecimento pessoal e profissional e que a sua dedicação seja retribuída com o sentimento de dever cumprido, estado espiritual supremo que muitos almejam mas poucos atingem.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

A justiça é um ato coletivo de toda a sociedade e mais diretamente do complexo grupo de cidadãos que a administram, em que o Juiz é apenas um deles, o mais visível, estando o seu resultado final, que é a intervenção no tecido social, dependente do funcionamento equilibrado do conjunto.

Os portugueses devem ser exigentes com a justiça e com os juízes, porque esse é um direito que lhes assiste, concretizando a sua exigência em qualidade, celeridade, economia de meios e palavras, clareza e eficácia.

Todos os portugueses têm o direito de se pronunciarem sobre o funcionamento da sua justiça.

Para alguns, pela responsabilidade inerente ao mandato democrático que lhes foi conferido, esse direito, mais que direito, é um dever.

Mas, do mesmo modo que, apesar de sabermos muito de medicina, quando estamos doentes consultamos um médico, quando a justiça não funciona bem é preciso ouvir os juízes.

Os juízes sabem onde claudica a justiça.

Sobre justiça saberão um pouco mais que outros e este saber, de experiência feito, não poderá deixar de estar ao serviço do bem comum, na materialização das soluções encontradas pelo legislador em cada etapa da evolução social.

Sendo inquestionável a legitimidade do legislador e o seu empenho na remoção dos entraves ao bom funcionamento da justiça, soluções há que, por uma razão ou por outra, vão ficando esquecidas.

Temos assistido nos últimos tempos a um fenómeno legislativo que eu chamaria de “diluição” de direitos, com um apagar de marcos jurídicos e um turvar de águas em que ninguém sabe nada de nada.

A clareza e simplicidade das leis são fundamentais para a sua boa aplicação pelos tribunais.

As novas tecnologias têm vindo a ser introduzidas na justiça na medida das disponibilidades financeiras do país mas, paradoxalmente, em sobreposição umas às outras e ao velho processo de papel, gerando atos inúteis, desperdício de meios de que o país precisa noutras áreas e mais burocracia, agora informática.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

A própria competência dos tribunais que, como simples pressuposto processual, se deveria configurar como questão de decisão simples e segura, é geradora de inúmeros atrasos e muitas vezes negadora ou cerceadora do exercício de direitos, como temos visto acontecer em casos judiciais que se situam na área de confluência entre os tribunais judiciais e os tribunais administrativos, em especial quando o litígio entre particulares é gerado ou exponenciado por atos de entidades públicas.

Para estas situações, que sistematicamente prejudicam o cidadão e muitas vezes são motivo de escândalo, porque não uma regra de competência alternativa ou opcional, facultando-se ao cidadão a possibilidade de propor a ação no tribunal judicial ou no tribunal administrativo, demandando conjuntamente privados e entidades públicas numa ou noutra dessas jurisdições, pela aderência ao litígio dominante do litígio com ele conexo.

A duplicidade de jurisdições não deve ser mantida e a especialização dos tribunais não pode ser feita à custa da negação de direitos dos cidadãos.

A especialização dos tribunais, sendo desejável, não deve dificultar o acesso dos cidadãos à justiça e não deve administrar uma justiça incompreensível para o cidadão comum, gerando uma casta de especialistas que se compreendem a si próprios, mas não se fazem compreender pela comunidade de que fazem parte.

A par da especialização chegou também com atraso aos tribunais um modelo de gestão denominada de “gestão por objetivos”.

Não temos dúvidas de que a atividade dos tribunais é suscetível de medição, como sempre foi medida, mas não podemos deixar de estar apreensivos com um modelo de gestão que tão maus resultados deu no setor financeiro.

O setor financeiro é a CRISE DAS (nossas) CRISES.

Apesar disso, com esse modelo de gestão, muitos profissionais desta área receberam prémios de gestão ao longo dos anos porque, não só, terão atingido os objetivos como, até, os terão ultrapassado.

Melhor fora que tivessem trabalhado menos!

Para os juízes, prevenindo semelhante desastre, para que deles ninguém diga “melhor fora que não trabalhassem tanto”,



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

pergunto se não será mais avisado que trabalhem segundo a missão constitucional de administrar justiça e os meios e as forças de que dispõem para o efeito, uns e outros afetados e medidos, no seu conjunto, pelo órgão competente, o Conselho Superior da Magistratura.

Em nome do combate à lentidão da justiça desde há muito que têm sido adotadas soluções que, NEM DEPRESSA NEM BEM.

O Código de Processo Penal de 1988, com as sucessivas alterações, é disso exemplo paradigmático.

Em nome dos valores da celeridade deslizámos coletivamente na semântica tecida à volta do conceito de "instrução", esperando que a nossa Constituição disso se não apercebesse, delineando um processo penal sem juiz, pois nisso se traduz um juiz a tratar de nulidades do processo...dos outros.

Não haverá hoje dúvidas que falta juiz no processo penal antes do julgamento, mas a celeridade não chegou.

Pela falta de juiz, pela falta de celeridade e pela ausência de cidadania e de eficácia em que uma e outra se traduzem, o Código de Processo Penal é uma das soluções que entravam a justiça portuguesa.

Sejam quais forem as soluções no quadro legislativo para a justiça, os/as Juízes/as Desembargadores/as deste Tribunal da Relação de Lisboa estão preparados para dar o seu melhor.

O nosso compromisso é com os portugueses.

A insatisfação dos portugueses com a justiça será o nosso elixir da juventude para transformarmos o cansaço no final de uma decisão em energia renovada no começo de uma outra.

Em 2016, os/as Juízes/as Desembargadores/as deste Tribunal da Relação de Lisboa receberam cada um/a:

- 135 processos na área cível,
- 106 na área criminal e
- 79 na área do trabalho,

dos quais 92 apelações, 100 recursos penais e 69 apelações, respetivamente.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Pelos dados estatísticos provisórios, a generalidade dos/as desembargadores/s, decidiu mais recursos do que aqueles que recebeu.

Tal só foi possível com dedicação exclusiva à causa da justiça, nalguns casos com prejuízo da saúde e em todos com sacrifício pessoal e das próprias famílias.

Como Presidente eleito, como Juiz Desembargador que sou, par inter pares, todos/as sabem o que penso sobre isto.

O nosso dever perante os portugueses só conhece o limite das nossas forças.

A partir de hoje contamos também com a dedicação acrescida da nossa Vice-Presidente eleita, Juíza Desembargadora, Maria Guilhermina Vaz Pereira Santos de Freitas, com o seu muito saber na área penal e em muitas outras, e com a sua especial sensibilidade para ajudar a manter o empenho de cada um/a e a coesão do conjunto que somos todos nós.

Não tenho dúvidas que abraçou as suas novas funções com determinação, que vai colocar toda a sua energia ao serviço delas e que não vai vacilar, sejam quais forem as dificuldades.

Para que, de antemão, saiba que a sua dedicação terá testemunhas e não será em vão,

Peço para ela uma salva de palmas.

Lisboa e Tribunal da Relação, 12 de janeiro de 2017.

(Orlando Santos Nascimento)